



A luta pelas rendas:

Trabalho aplicado, ajuda ao desenvolvimento e mediadores em Moçambique¹

0. Introdução

A ajuda ao desenvolvimento é um dos principais instrumentos de intervenção política e económica em África.² Nela estão envolvidos os estados, as instituições do Consenso de Washington, as organizações não-governamentais (ONG) e consultores das mais diversas áreas, incluindo antropólogos sociais e outros especialistas das ciências sociais.

Em termos gerais, os resultados produzidos pela ajuda ao desenvolvimento suscitam enormes interrogações. Daí ser pertinente colocar algumas questões: A quem servem, em termos estruturais, as políticas de cooperação e os programas de ajuda ao desenvolvimento? Qual o papel que eles jogam no quadro muito alargado do sistema mundial moderno? Quem são, efectivamente, os beneficiários destas ajudas?

Neste sentido, a reflexão teórica e política sobre a ajuda ao desenvolvimento e o lugar que nela ocupa o saber científico aplicado, nomeadamente sócio-antropológico, e seus *experts* é certamente da maior importância. Não apenas para se compreenderem os modos de intervenção das instituições e dos actores presentes no terreno (e nos bastidores), mas também para procurar as formas como as relações de dependência que subordinam a periferia ao centro do sistema mundial podem também ser construídas por via da ajuda ao desenvolvimento.³

Não se trata, sublinhe-se, de procurar encontrar respostas acabadas, mas sim de ensaiar uma reflexão crítica apoiada em alguns dos dados etnográficos reunidos durante o trabalho de

campo efectuado em Moçambique (Maio de 2001 a Janeiro de 2002 e Dezembro de 2003 a Janeiro de 2004). Começando por retomar um debate sempre actual, o da antropologia aplicada, o texto percorre depois os caminhos da evolução recente da ajuda ao desenvolvimento e suas relações com a configuração estatal actualmente dominante em África. Por fim, procura-se discutir as articulações entre o estado moçambicano, a ajuda ao desenvolvimento e os mediadores.

1. Antropologia aplicada: entre a intervenção e a crítica da intervenção

O desenvolvimento do trabalho aplicado na antropologia está relacionado com os processos de colonização e o interesse das potências coloniais pelo ensino e a investigação antropológicas (v. Evans-Pritchard 1985: 108). Em termos gerais, nesta relação complexa e ambígua da antropologia com o colonialismo deparamo-nos com a utilização recorrente do conhecimento antropológico, nomeadamente por parte dos funcionários e agentes dos aparelhos coloniais, muitos deles com formação nesta área científica, na dominação e exploração dos povos coloniais, ao mesmo tempo que se produziam importantes trabalhos nos quais outros povos e culturas eram colocados em posição de paridade e não de subordinação face ao Ocidente (Giddens 1995: 273). A um nível mais específico, nos Estados Unidos da América (EUA) destacam-se os trabalhos desenvolvidos nas comunidades indígenas sob o comando de organizações do governo americano, como o *Bureau of American Ethnology* e, mais tarde, já no século XX, a *Applied Anthropology Unit do Office of Indian Affairs* (v. Willigen 1986 e Ranc 1988).

Em termos teóricos, o contributo fundador de Malinowski parece hoje indiscutível: em 1929 publica um artigo onde antevê a formação de um novo ramo da antropologia, o da antropologia aplicada (Escobar 1991: 661). Dentro da “antropologia colocada em prática” (Willigen 1986: 7) encontramos uma corrente da antropologia do desenvolvimento ancorada na acção orientada para o trabalho de consultoria nas organizações internacionais ligadas ao desenvolvimento. Parte das suas raízes encontram-se nos trabalhos pioneiros levados a cabo por Mário Vásquez, antropólogo peruano formado na Universidade de Cornell, na comunidade camponesa de Vicos (terras altas do Peru), mais tarde sistematizados por Allan Holmberg (Willigen 1986: 79ss). Fortemente empírica e centrada na aplicação prática dos conhecimentos antropológicos, estabeleceu um conjunto de valores ligados ao poder, bem-estar, conhecimento, afecto, entre outros, por ele considerados como suficientemente precisos e universais para permitir comparações transculturais. Apesar destes serem passíveis

de forte discussão, nomeadamente no que se relacionam com a visão etnocêntrica subjacente, o grosso das críticas vai para o uso desta corrente antropológica como munição das organizações internacionais difusoras dos modelos de desenvolvimento hegemónicos.

A esta visão utilitária e prática contrapõe-se uma outra, mais académica, que nas suas diferentes abordagens critica e, não raro, rejeita as abordagens antropológicas subsidiárias de interesses e de políticas gizadas nos países centrais. Trata-se, como defende Olivier de Sardan (2001a: 732), de uma antropologia “fundamental” que se interessa pelo desenvolvimento como um objecto digno de atenção e inovação científicas e de vigilância metodológica, onde se podem incluir as perspectivas desconstrucionistas empenhadas na denúncia das ligações e dependências das acções desenvolvimentistas e dos seus profissionais em relação aos interesses hegemónicos dos países centrais (v. Escobar 1991 e 1995). Se encontramos nestas um excessivo menosprezo dos actores individuais, da acção dos diversos países e instituições envolvidos e das lutas no seio das organizações ligadas ao desenvolvimento, podemos também reprovar Olivier de Sardan por pender para uma excessiva valorização da investigação centrada no actor e na pretensa margem de manobra deste que, certamente existente, não deixa de ser muito apertada pelos limites impostos pelas estruturas sistémicas.

Face a isto, qual o papel dos profissionais no terreno? Segundo S. Wright (1995: 65ss), Firth terá sido um dos primeiros a defender o trabalho aplicado, observando, porém, que ele se deveria limitar à proposta de soluções e não à sua concretização, sob pena de tornar os antropólogos dependentes das instituições que no terreno colocam em marcha os projectos. Num registo semelhante, Evans-Pritchard (1985: 107-124) separa a investigação antropológica do trabalho realizado pelos “funcionários antropólogos”.

Actualmente, o dilema entre “investigação” e “acção” está presente sobretudo naqueles que estão envolvidos no trabalho aplicado nas organizações ligadas à ajuda ao desenvolvimento.⁴ Aqui não se trata apenas de considerar que os programas de ajuda ao desenvolvimento têm como objectivo a mobilização de recursos e não a realização de pesquisa sócio-antropológica (v. Garber e Jenden 1993: 68). O escolho basilar está no facto de os antropólogos e outros técnicos sociais carecerem, quase sempre, de autonomia suficiente para transporem os constrangimentos políticos ou organizacionais que cerceiam a livre reflexão científica e a aplicação dos conhecimentos produzidos. Como bem expõe Butcher (1987), os antropólogos envolvidos em trabalho aplicado devem evitar formular recomendações e propostas que afectem os interesses das organizações para quem trabalham.

Nestas circunstâncias, o saber sócio-antropológico fica amarrado a um uso instrumental, à medida dos interesses dos promotores de políticas e planos de desenvolvimento, como Bastide (1971) há muito já tinha pressentido no seu bem conhecido

texto sobre antropologia aplicada. Aliás, esta subordinação invadiu também o meio académico. Sendo certo que o grau de liberdade é superior àquele que existe nas organizações orientadas para o “mercado dos projectos”, as pressões sobre quem faz investigação, à semelhança do que ocorre em qualquer outro campo social atravessado por relações de poder, estão também presentes. Mais, a crescente dependência das instituições e dos investigadores em relação a financiamentos externos dá uma margem de manobra acrescida aos financiadores e patrocinadores, cada vez mais oriundos do sector privado, para imporem aquilo que se investiga e, por vezes, o controlo dos resultados da investigação.

2. A ajuda ao desenvolvimento e o estado africano rentista

A partir dos anos 50 as lutas anticoloniais conduziram a mudanças na ordem política e jurídica, colocando em causa a posição das principais potências europeias. Num movimento que atingiu toda a Ásia e África submetidas à dominação colonial, os diversos territórios dependentes ascenderam à independência política, dando origem a novos estados-nação de pleno direito (mas de influência política escassa) no concerto mundial das nações. Os movimentos de libertação conjugavam diversas influências, desde o nacionalismo ao humanismo de inspiração cristã, passando pelo marxismo. Este era preponderante nos movimentos que, por teimosia política ou miopia histórica das potências coloniais, tiveram de enfrentar lutas armadas prolongadas. O apoio da União Soviética, da China e de outros países não-capitalistas aos movimentos de libertação não foi só ao nível material, envolveu também a formação política e militar essencial ao desenvolvimento da luta. Se é indiscutível o papel inestimável que estes países tiveram nas lutas de libertação, para o seu sucesso contribuíram, como salienta Fanon (1980), as contradições entre os principais estados capitalistas, mais propriamente, entre as antigas potências coloniais e os EUA, com estes interessados em disputar à Grã-Bretanha e à França as suas tradicionais zonas de influência, de forma a acrescentar novas áreas à sua tradicional coutada latino-americana. Por experiência própria, facilitada pelo facto de, como antiga colónia, nunca terem tido possessões coloniais clássicas, para os EUA era claro que a dominação já não poderia ser feita nos moldes tradicionais, sob pena de os custos superarem os benefícios, sendo necessário empreendê-la por outras vias, incluindo a dos programas de ajuda e assistência económica.

Ganho o poder político, os novos estados ensaiaram projectos de modernização e de desenvolvimento sob a direcção das elites políticas nacionais, visando, em alguns casos, a transformação socialista da sociedade. A implementação destes projectos modernizadores

dependia, sobretudo quando se realizavam em circunstâncias políticas muito difíceis e socialmente controversas, como em Moçambique, de elites que contavam com a força do seu poder e prestígio, fundados na luta armada contra o colonialismo.

Conquanto o grau de comprometimento em relação à União Soviética fosse muito variável de país para país, em todos eles estava bem presente a dimensão nacionalista que tinha como objectivos a “independência política, a modernização do estado e a industrialização da economia” (Amin 2000: 230). Independentemente do sistema político adoptado, dos compromissos ideológicos assumidos e do papel desempenhado pelo estado na economia, os objectivos estavam estreitamente vinculados a uma estratégia de ruptura com a dependência que atava os países periféricos às suas antigas potências colonizadoras e, de um modo geral, aos países centrais.

Este período desenvolvimentista foi fortemente marcado pelo terceiro-mundismo. A Conferência de Bandung em 1954 foi um dos seus momentos fundadores. Convocada, entre outros, pelo indiano Nehru, o egípcio Nasser e o jugoslavo Tito, com ela pretendeu-se desenhar uma efectiva autonomia dos países do Terceiro Mundo face à União Soviética e, sobretudo, aos EUA, mormente no plano de uma política de desenvolvimento soberana e orientada para o mercado interno. Ao mesmo tempo que animava os movimentos de libertação nas suas lutas pela independência nos territórios ainda sob domínio colonial directo, o terceiro-mundismo era portador de enormes esperanças para a humanidade que permanecia em baixo (v. Rivière 2000: 132-133).

Os anos 80, bem antes do afundamento da União Soviética e do bloco por ela liderado, trazem uma mudança profunda de orientação estratégica em matéria de desenvolvimento.⁵ Em lugar da ajuda directa dos estados centrais aos da periferia, os recursos financeiros para a ajuda ao desenvolvimento passaram a ser canalizados prioritariamente para as ONG que no terreno implementam os projectos. De certo modo o estado seria substituído, sobretudo nos países periféricos, pelas instituições internacionais e pelas forças de mercado (Pieterse 2001: 1). Esta nova fase, que Olivier de Sardan (1990) designa por populismo,⁶ opõe-se àquela que prevaleceu durante os anos 50 e 60, marcada pelas teorias da modernização. Os grandes projectos, as tecnologias complexas, as culturas de exportação, as lógicas e saberes científicos deixam o palco para os pequenos projectos, as tecnologias “apropriadas”, as culturas de subsistência e as lógicas e saberes camponeses, entre outros aspectos.⁷

Trata-se de uma mudança cujos primeiros passos foram dados ainda em meados dos anos 70, quando o Banco Mundial (BM), apoiado nos trabalhos teóricos produzidos pelos *think tank* liberais, se passou a dirigir aos “rurais pobres”, enquanto que a United States Agency for International Development (USAID) tornou obrigatório, a partir de 1975, um

social soundness analysis (Olivier de Sardan 1990: 479). Este procedimento analítico tem por objectivo avaliar a fiabilidade social e cultural dos projectos de desenvolvimento. Estreitamente ligado a este modelo de análise temos as metodologias de recolha rápida de informação, também muito utilizadas nos estudos de desenvolvimento rural, mormente nos países periféricos, designados por "Rapid Rural Appraisal" ou "Participatory Rural Appraisal", assim chamados por implicar, por definição mas de uma forma inócua e, por vezes, perversa, a participação activa dos observados (v. Dunn 1994 e Kane 1997).

Atendendo ao contexto histórico que então se vivia, marcado pelo avanço, em particular na periferia, das lutas anti-imperialistas, é pertinente considerar que esta mudança nas orientações estratégicas do desenvolvimento exprime, num primeiro momento, uma reacção defensiva do capitalismo que, logo depois, foi recuperada e utilizada pelos governos dos países centrais para consolidar a hegemonia neoliberal a nível mundial.⁸

Em cena entra também um outro discurso. Pretensamente técnico, ele inventa ou confere novos sentidos a palavras e noções já existentes. Funcionando como um mecanismo de despolitização, estamos perante uma retórica desenvolvimentista que se arma de conceitos como *capacity-building*, *empowerment*, *institution-building*, *participação*, *luta contra a exclusão*, *descentralização*, *desenvolvimento local*, *gestão dos territórios e dos recursos naturais*. Com eles transformam-se políticas económicas em formas apolíticas (Bako-Arifari e Le Mur 1998: 1-7) que concorrem para ocultar, por um lado, os interesses dos países centrais e das empresas multinacionais e, por outro, camuflar os proveitos que as elites nacionais extraem da ajuda ao desenvolvimento.

A ajuda ao desenvolvimento converte-se assim num dos instrumentos privilegiados dos estados centrais e das organizações do Consenso de Washington para imporem aos países pobres a hegemonia neoliberal e a sua receita aparentemente milagrosa: mercado mais democracia. No entender de Amin (1999: 12) trata-se de uma expressão concreta da ideologia eurocentrista que domina o sistema mundial, implicando uma visão do mundo e um programa político e económico global equipado de uma solução simples: a imitação do Ocidente, entendido como o maior e o melhor dos mundos (v. também Frank 1976: 15-16).

Para os países africanos, a fraqueza do "estado determinado a partir do exterior" (Saul 1994: 25) faz com que a sua existência dependa, em boa medida, da transferência de recursos dos países doadores e de instituições multilaterais para as populações (Bierschenk *et al.* 2000: 9), algo particularmente evidente em países com dependência extrema, como Moçambique, no qual os donativos representam mais de 50% do orçamento anual (v. www.bancomoc.mz). Sem eles, não só a relativa e muito precária estabilidade social seria colocada em causa como poderiam surgir situações agudas de questionamento da legitimidade do estado. Por outras

palavras, a maioria dos estados africanos distinguem-se por uma relativa falta de legitimidade política e social, colmatada pelo recurso a formas despóticas e violentas de poder e à utilização sistemática de redes de patrocínio e clientelismo.⁹ Se este é o quadro geral, localmente, ao nível de cada estado, as situações variam. No caso de Moçambique, a legitimidade foi construída através da articulação destas formas despóticas e violentas de poder com um trabalho político e ideológico junto das populações e formas de participação popular de base, ainda que controladas a partir de cima.

Neste contexto, a ajuda ao desenvolvimento constitui-se num elemento essencial para a regulação da soberania estatal em África, permitindo o enraizamento das estruturas clientelares na sociedade e a disseminação do aparelho estatal pelo território nacional. Ou seja, a ajuda ao desenvolvimento contribui largamente para legitimar os regimes africanos, sendo os actuais governos produtos desta intervenção (Bierschenk 1991: 12). Mais, ela detém uma enorme responsabilidade na definição da forma estatal actualmente dominante em África – o “estado africano rentista” (Bierschenk *et al.* 2000) –, na qual a renda proveniente da ajuda ao desenvolvimento representa o principal rendimento obtido pelas elites. Como salientam Bierschenk *et al.* (2000: 6ss), a disseminação por todos os países africanos dos programas de desenvolvimento fez com que o acesso ao poder e aos recursos económicos ficasse, em boa medida, dependente da capacidade de os actores sociais se movimentarem bem nos circuitos da ajuda internacional e de adquirirem controlo sobre a repartição dos recursos financeiros disponibilizados.

A renda da ajuda ao desenvolvimento articula-se com outras rendas provenientes da exploração de recursos nacionais, nem sempre disponíveis, como o petróleo, os diamantes e outros minerais. Neste aspecto, o colapso do bloco socialista também produziu os seus efeitos negativos, ao privar os estados africanos da renda geopolítica. Jogando com as políticas de aliança, esta proporcionava-lhes uma margem de manobra expressiva para o controlo directo dos recursos financeiros disponibilizados pela ajuda ao desenvolvimento, ao invés do que agora se verifica.

A generalização dos programas de ajuda ao desenvolvimento produziu novas relações clientelares. Sucedendo e, não raro, dando continuidade às velhas formas existentes na época colonial, estas relações têm nos mediadores as figuras sociais centrais. Fazendo parte da vasta camada social que podemos, de modo grosseiro, designar por burocracia estatal e organizacional, os mediadores ocupam posições sociais muito diversas que variam em função da proximidade ou dos cargos desempenhados no aparelho de estado e das suas ligações às ONG e outras organizações internacionais de cooperação e ajuda ao desenvolvimento. Constituem, a diferentes níveis, o elo de ligação entre os doadores e as populações a

beneficiar pela ajuda ao desenvolvimento, substituindo o estado. Os mediadores de hoje em África configuram uma situação que os aproxima, em muito, do cacique que, ora servindo o estado nacional, ora servindo os interesses externos, contribui para legitimar as relações neocoloniais que submetem os países da periferia ao centro do sistema mundial.¹⁰

A luta pelo poder e pelo controlo de recursos neste cenário marcado por formas diversas e, não raro, sofisticadas de dependência clientelar empurra a discussão também para a problemática da corrupção. Entendida como um abuso da autoridade pública por parte de um actor social para obtenção de benefícios privados (Cartier-Bresson 2000), a corrupção alimenta-se, como argumenta Talahite (2000), da confusão promíscua entre a esfera privada e a esfera pública. Para o seu enraizamento político e social concorre também um dos principais mecanismos de regulação estatal: a distribuição de bens públicos divisíveis, isto é, empregos, património, serviços e protecção em troca do apoio político (Médard 2000). O dinheiro acumulado pelos membros das elites por via da corrupção deve, em grande parte, ser alocado na sua rede de parentela e de clientes sob pena de, não o fazendo, fragilizar o seu próprio poder. Em Moçambique, expressões de uso corrente como “ajudar a família” e “olhar pela família” são formas concretas de caracterização deste processo alargado de distribuição.

Estamos perante relações sociais de tipo patrimonial solidamente enraizadas na cultura e nas práticas sociais dos países africanos. Esta neo-patrimonialização do estado depende do funcionamento dum rede densa e complexa de relações de patrocínio-clientelismo, em que cada cliente se serve dos recursos disponibilizados pelo patrono para criar a sua própria clientela (Thomson 2000: 111). Na sua densa teorização sobre o patrimonialismo, Weber [1993 (1922): 753ss] traz à existência os seus mecanismos de funcionamento. No seu entender, a organização política patrimonial ancora-se num conjunto alargado e muito vasto – um “caos” no dizer do autor – de privilégios e obrigações subjectivos que ligam o chefe, o funcionário e o dominado, dando lugar a uma acção comunitária que nada tem a ver com as categorias modernas de direito público e que tão pouco tem a ver com o modo de funcionamento do estado no sentido que lhe é dado actualmente. O próprio poder é visto como um privilégio, sendo os recursos geridos e distribuídos numa base de proximidade e confiança pessoais que unem o chefe aos que dele dependem. Sobretudo na sua versão patriarcal, a legitimidade do patrimonialismo depende da satisfação dos que são súbditos por via da distribuição de propriedade e outros benefícios, sempre feitos, sublinhe-se, segundo critérios de proximidade relacional ou outros que não se enquadram nos pressupostos modernos de actuação do estado.

3. O estado moçambicano, a ajuda ao desenvolvimento e os mediadores

O estado moçambicano, conquanto tenha privilegiado as relações com o bloco socialista nos primeiros anos de independência, nunca abandonou o relacionamento com os países ocidentais e com as instituições ligadas à ajuda aos países pobres, junto dos quais procurou obter os financiamentos necessários à expansão da economia moçambicana. Portugal assumiu neste contexto uma posição modesta mas não menosprezável. País semiperiférico, serviu-se dos laços históricos para fazer, de certo modo, a mediação entre o centro e a periferia, segundo a tese proposta por Wallerstein [1990 (1974)], ao mesmo tempo que defendia os seus interesses. Ficou marcada por visitas recíprocas de altos dirigentes no início dos anos 80 – Joaquim Chissano a Portugal, Pinto Balsemão a Moçambique – que conduziu ao reforço da cooperação e da presença portuguesas. Neste domínio eram também relevantes as relações com os estados nórdicos e outros europeus, como a França e a Itália, que por mediação exercida por “partidos-irmãos” e organizações de esquerda, poderiam estar mais receptivos ao estabelecimento de relações de cooperação e ajuda ao desenvolvimento. Estas relações, apesar dos factores largamente positivos que comportavam – acesso a capital e tecnologia, reforço do diálogo com estados fora do bloco socialista, beneficiando a imagem internacional do regime –, colocam em evidência a conexão de Moçambique à economia-mundo capitalista durante o período revolucionário, largamente discutida em termos teóricos por Wallerstein (1998).

A cooperação com os países europeus ocidentais arrancou em Abril de 1977, menos de dois anos após a independência. No quadro da política de “fazer mais amigos e menos inimigos”, Samora Machel efectuou a primeira visita ao Ocidente, deslocando-se à Escandinávia. Na sequência, é assinado, pouco depois, um acordo agrícola no valor de 50 milhões de dólares, o maior até então negociado por estes países europeus a um único estado (Christie 1996: 159). Alguns anos mais tarde, em 1981, o Banque National de Paris concedeu crédito a Moçambique (cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/81 de 4 de Março), acontecendo pouco depois o mesmo com a Itália (cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/81 de 29 de Julho). Data também destes anos o aprofundamento das relações políticas e de cooperação com a Comunidade Económica Europeia, marcado pela exigência feita a Moçambique da subscrição da Convenção de Lomé (v. *Tempo*, n.º 592 de 14/2/1982). Assinada em 1975, esta convenção regulava, até ao recente acordo de Cotonu, as relações entre a actual União Europeia e os 77 países ACP (África, Caraíbas, Pacífico) subscritores. Apesar da margem de manobra razoável que o acordo atribuía aos estados envolvidos, ele não

deixava de os condicionar no sentido do desenvolvimento da economia de mercado e do reforço do sector privado.

Foi neste quadro que se formaram os primeiros mediadores moçambicanos. Depois, com a longa guerra civil e, sobretudo, com a transição ao neoliberalismo, iniciada com o “Plano de Reabilitação Económica”, surgiu uma nova e ainda mais relevante possibilidade de os membros da burocracia estatal consolidarem as suas posições (cf. Roesch 1992: 27-28). A seu modo, fazem parte da “sociedade civil secundária [que prossegue] sob forma privada, através da sociedade, basicamente os mesmos interesses que anteriormente eram prosseguidos sob forma pública através do estado” (Santos 2003: 79). Se bem que possamos encontrar algumas virtualidades na intervenção organizada dos actores sociais na vida colectiva, esta perspectiva tanto dá acolhimento à retórica neoliberal em favor do estado mínimo, esvaziado das suas funções e recursos em favor de actores e interesses privados, como oblitera o facto de os objectivos e interesses que vinculavam o estado revolucionário pós-independência em Moçambique eram bem diferentes daqueles pelos quais a “sociedade civil secundária” se mobiliza presentemente:

A minha mulher é economista agrária, trabalhou muito com o ministro da Agricultura, viajou por esse norte [de Moçambique] todo, conhecia bem as coisas. Nós, nos últimos três ou quatro anos tínhamos trabalhado no fornecimento de cereais às organizações internacionais para as populações deslocadas pela guerra. Estávamos com uma grande experiência e prestígio no campo, conhecendo as pessoas todas do sector comercial, do norte a sul do país, especialmente em Quelimane, Nampula, Zambézia, Cabo Delgado, onde tínhamos feito grandes contratos com a CEE, Visão Mundial, Conselho Cristão, não sei quê, e achamos que já tínhamos um capital de conhecimento, de experiência e de contactos suficientes para dar um salto. Como também a guerra estava para acabar e se avizinhava que os nossos negócios naquela área da ajuda iam diminuir então achamos por bem aplicar o dinheiro que ganhámos numa área que tenha futuro e que seja de longo prazo (mediador moçambicano).

A um nível elevado, o da elite política e económica que habita normalmente na cidade-capital, o quotidiano é ocupado na luta, mais ou menos intensa, pelo acesso aos recursos gerados pela ajuda ao desenvolvimento que, em rigor, deveremos designar por rendas pecuniárias.¹¹ Muitos dos seus membros circulam entre os cargos políticos, as consultorias nas ONG e na miríade de organizações internacionais e nacionais que dão corpo à ajuda ao desenvolvimento. Adicionalmente, como o funcionamento dos diversos órgãos do aparelho de estado moçambicano está dependente das doações financeiras, muitas das funções políticas e administrativas são executadas em regime de consultoria, de modo a garantir a obtenção de salários mais elevados, sempre muito acima dos praticados na administração pública estatal.

Localmente, em cada cidade ou vila, a pequena elite organiza a sua rede de influências e defende os seus interesses, reproduzindo de certo modo as estratégias engendradas pela grande elite na capital. Entre ambas existem relações clientelares. A pequena elite actua de modo concertado com os seus patronos, normalmente posicionados em cargos políticos de nível provincial ou nacional, defendendo os interesses destes ao mesmo tempo que manobra para defender os seus. Para além da acumulação de recursos patrimoniais, fundiários e outros, a pequena elite tenta também, explorando as contradições e os conflitos existentes no seio da grande elite, negociar a sua posição na estrutura social desta camada. Tal como acontece com esta, está envolvida no controlo e distribuição dos recursos disponibilizados pela ajuda ao desenvolvimento, participando ora na sua gestão directa, como promotores e membros das ONG, ora influenciando a acção destas através dos cargos ocupados nas estruturas políticas locais.

Quando inseridos em ONG, as remunerações são muito desiguais, dependendo de factores muito variados: tipo de organização, dimensão financeira dos projectos geridos, função desempenhada. Em todo o caso, o trabalho em organizações de ajuda ao desenvolvimento garante rendimentos e privilégios bem acima daqueles que se podem auferir no serviço público e, inclusive, nas empresas privadas, apesar de poderem ficar aquém dos ganhos conseguidos pelos técnicos provenientes dos países centrais. Em Moçambique, conforme as contas feitas por Hanlon (1997), os salários destes podem ultrapassar os 5.000 euros, a que é necessário somar as despesas relacionadas com as viaturas de tracção integral para uso total, as habitações confortáveis e outras regalias. O custo total mensal de um técnico pode atingir, em muitos casos, os 30.000 euros.

6. Considerações finais

A ajuda ao desenvolvimento é um terreno multifacetado, atravessado por contradições e interesses muito diversos. Ainda que a acção desempenhada por muitas ONG – de defesa dos direitos humanos, do meio ambiente e da bio-diversidade, das minorias étnicas e de outras causas – , cujos membros no terreno trabalham de forma materialmente descomprometida e muitas vezes em condições de risco físico elevado, possa concorrer para a produção de novas solidariedades e sociabilidades, a ajuda ao desenvolvimento constitui um esteio fundamental para o enraizamento dos modelos económicos hegemónicos que servem os interesses dos países centrais e das instituições do Consenso de Washington. Nesta acção de legitimação da ordem política hegemónica, a ajuda ao desenvolvimento contribui para atenuar o débil

ancoramento político interno dos estados periféricos, ao mesmo tempo que alimenta a camada social que circula entre o aparelho de estado e as instituições e organizações que, no terreno, metem em prática os projectos de assistência às populações e de dinamização económica.

Sem obliterar as virtualidades e os efeitos positivos por vezes gerados na vida dos mais pobres, é incontornável admitir que os principais beneficiários ao nível de cada estado periférico são as grandes e pequenas elites que se movimentam nos circuitos dinamizados pelos recursos financeiros disponibilizados pelos programas de ajuda. Mas não são os únicos. O campo da ajuda ao desenvolvimento é, desde há muito tempo, um grande mercado, envolvendo milhares de pessoas que nele trabalham (v. Olivier de Sardan, 1990: 479). Sabendo que os seus empregos e salários dependem do funcionamento regular dos programas de ajuda ao desenvolvimento, os membros das organizações que os metem em prática acabam por se orientar por um estrito pragmatismo, no qual as populações são elevadas à condição de instrumento para a captação de recursos a utilizar no funcionamento regular das suas organizações.

É neste terreno minado que o trabalho aplicado e implicado é colocado em prática. Se para muitos a questão nem se coloca, é necessário relevar que há no interior do sistema, pelas contradições e concorrências nele existentes, margem de manobra para permitir aos antropólogos e outros cientistas sociais críticos colocar sob exame as estruturas que produzem e metem em acção as políticas de subordinação dos países periféricos aos interesses hegemónicos. Conhecedores dos mecanismos de funcionamento do sistema mundial, dos modos de extracção dos recursos naturais e energéticos das periferias, muitas vezes envolvidos ou com um acesso directo às organizações ligadas à ajuda ao desenvolvimento, os antropólogos têm diante de si um enorme e estimulante campo de trabalho e de intervenção científica e política que em muito poderá contribuir para a renovação de temáticas e a abertura de novos campos de investigação.

Em suma, será no interior destes espaços de geometria variável que melhor se poderá fazer o trabalho crítico de identificação e de desconstrução da actual configuração e dinâmicas do sistema mundial moderno e da sua economia-mundo capitalista e, por outro lado, de participação em programas de ajuda ao desenvolvimento não desenhados à medida dos patrocinadores e das elites locais. Quer dizer, de reflexão compreensiva do neoliberalismo equipada de propostas simultaneamente globais e locais alternativas, saídas do diálogo e das experiências concretas que animam os movimentos e organizações sociais das mais diversas geografias e campos de intervenção.

Referências bibliográficas

Livros e artigos

- AMIN, Samir (1999), *O eurocentrismo: crítica de uma ideologia*. Lisboa, Dinossauro.
- AMIN, Samir (2000), *Os desafios da mundialização*. Lisboa, Dinossauro.
- BAKO-ARIFARI, Nassirou e Pierre-Yves LE MUR (1998), *Les dynamiques locales face aux interventions de développement*. Mayance, Universidade de Mayence/Institut d’Ethnologie et études africaines.
- BASTIDE, Roger (1971), *Antropologia Aplicada*. São Paulo, Perspectiva.
- BIERSCENK, Thomas (1991), “Les projects et les politiques de développement sont-ils des preocupations légitimes de l’anthropologie?”, *Bulletin de l’APAD*, 1, 12-14.
- BIERSCENK, Thomas *et al.* (2000), “Les courtiers entre développement et état” in Thomas Bierscenk *et al.* (sous la direction de), *Courtiers en développement: les villages africains em quête de projets*. Mayence e Paris, Apad e Karthala, 5-42.
- BUTCHER, David (1987), “The applied anthropology in development projects”, *Edinburgh Anthropology* 1, 40-59.
- CARTIER-BRESSON, Jean (2000a), “Corruption, libération et démocratisation”, *Tiers Monde*, XLI (161), 9-22.
- CHRISTIE, Ian (1996), *Samora: uma biografia*. Maputo, Ndjira.
- DIXON, Keith (1999), *Os evangelistas do mercado*. Oeiras, Celta.
- DUNN, Tony (1994), “Rapid rural appraisal: a description of the methodology and its application in teaching and research at Charles Stuart University”. *Rural Society* 4 (3/4) in www.csu.edu.au/research/crsr/ruralsoc/v4n3p30.htm (19 de Março de 2003).
- ESCOBAR, Arturo (1991), “Anthropology and the development encounter: the making and marketing of development anthropology. *American Ethnologist*, 18 (4), 658-682.
- ESCOBAR, Arturo (1995), *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. (1985), *Antropologia social*. Lisboa, Edições 70.
- FANON, Frantz (1980), *Em defesa da revolução africana*. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco.
- FRANK, André Gunder (1976), *Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia*. Coimbra, Centelha.
- GARBER, Bill e Penny Jenden (1993), “Anthropologists or anthropology? The band aid perspective on development projects” in Johan Pottier, *Practising development: social science perspectives*. Londres, Routledge, 50-70.
- GIDDENS, Anthony (1995), "Epilogue: Notes on the future of anthropology" in Akbar S. Ahmed e Chris N. Shore (edited), *The future of anthropology: its relevance to the contemporary world*. Londres, The Athlone Press, 272-275.
- GUERRA, Isabel (2000), *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção*. Cascais, Principia.
- HANLON, Joseph (1997), *Paz sem benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Maputo, Centro de Estudos Africanos.
- KANE, Eileen (1997), “Participatory rural appraisal for educational research: helping to see the ‘invisible’”, *Irish Journal of Anthropology*, 2, 69-85.
- LITTLEWOOD, Paul (1980), “Patronage, ideology and reproduction”, *Critique of Anthropology*, IV (15), 29-45.
- MÉDARD, Jean-François (2000), “Clientélisme politique et corruption”, *Tiers Monde*, XLI (161), 75-87.

- MENDE, Tibor (1974), *Ajuda ou recolonização? As lições de um fracasso*. Lisboa, Dom Quixote.
- OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre (1990), “Populisme développementiste et populisme en sciences sociales: ideologie, action, connaissance”. *Cahiers d'Etudes africaines*, 120, XXX (4), 475-492.
- OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre (2001), “Les trois approches en anthropologie du développement”, *Revue Tiers Monde*, tomo XLII, n° 168, 729-754.
- PIETERSE, Jan Nederveen (2001), *Development theory: deconstructions/reconstructions*. Londres, Sage.
- RANC, Elisabeth (1988), “L’anthropologie du développement aux Etats-Unis: force et promesses d’une nouvelle profession”, *Cahiers de Sciences Humaines*, 24 (4), 453-469.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2004), *Sistema mundial, Manjacaze e fábricas de caju: uma etnografia das dinâmicas do capitalismo em Moçambique*. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (tese de doutoramento).
- RIVIÈRE, Claude (2000), *Anthropologie politique*. Paris, Armand Colin.
- ROESCH, Otto (1992), “Reforma económica em Moçambique : notas sobre a estabilização, a guerra e a formação das classes”, *Arquivo*, 11, 5-35.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003), “O Estado heterogéneo e o pluralismo jurídico” in Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (orgs.), *Conflito e transformação social: Uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto, Afrontamento, vol. I, 47-95.
- SAUL, John (1994), “O Estado da Frelimo: da revolução à recolonização”, *Arquivo*, 15, 5-42.
- SILVA, Manuel Carlos (1988), “Camponeses e patronos: o caso de uma aldeia minhota”, *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 7, 51-80.
- SOBRAL, José Manuel e Pedro Tavares Almeida (1982), “Caciquismo e poder político: Reflexões em torno das eleições de 1901”, *Análise Social*, vol. XVIII, n° 72-74, 649-671.
- TALAHITE, Fatiha (2000), “Économie administrée, corruption et engrenage de la violence en Algérie”. *Tiers Monde*, XLI (161), 50-74.
- THOMSON, Alex (2000), *An introduction to African politics*. Londres, Routledge.
- WALLERSTEIN, Immanuel [1990 (1974)], *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo no século XVI*. Porto, Afrontamento.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1998), *O capitalismo histórico seguido de a civilização capitalista*. Vila Nova de Gaia, Estratégias Criativas.
- WEBER, Max [1993 (1922)], *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Cidade do Mexico, Fondo de Cultura Económica.
- WERBNER, Richard (1999), “The reach of the postcolonial state: development, empowerment/disempowerment and technocracy” in Angela Cheater (editeb by), *The anthropology of power*. Londres, Routledge, 57-71.
- WILLIGEN, John van (1986), *Applied Anthropology: an introduction*. South Hadley, Bergin & Garveys.
- WORSLEY, Peter (1964), *The Third World*. Londres, Weidenfeld & Nicolson.
- WRIGHT, Susan (1995), “Anthropology: still the uncomfortable discipline?” in Akbar S. Ahmed e Chris N. Shore (edited), *The future of anthropology: its relevance to the contemporary world*. Londres, The Athlone Press, 65-93.

Jornais

Boletim da República (Publicação Oficial da República Popular de Moçambique).

Outros documentos

Poverty reduction strategy: steps to follow (2001). Maputo, Government Document/Consultive Group 2001.
www.bancomoc.mz. (2 de Junho de 2002).

¹ Este texto faz parte de uma investigação para doutoramento sobre as dinâmicas do capitalismo e a mudança social em Moçambique. Beneficiou do apoio financeiro do Prodep III, Acção 5.3 – Formação Avançada de Docentes do Ensino Superior. A problemática abordada está desenvolvida de forma mais detalhada em Ribeiro (2004).

² A ajuda ao desenvolvimento é aqui entendida nas suas três vertentes: a bilateral, feita estado a estado, a cooperação levada a cabo pelas agências da ONU e, por último, a que é empreendida pelas ONG. Acrescente-se que entre estes três tipos de “ajuda” se estabelecem articulações e mesmo acções conjuntas.

³ As mudanças mais recentes no sistema mundial moderno trouxeram novas questões à discussão em torno do centro e da periferia. De certo modo, esta polarização está marcada por um movimento aparentemente contraditório de atracção e de repulsão. Isto é, no centro encontramos a periferia, sob a forma da pobreza e das exclusões sociais mais extremas; na periferia deparamo-nos com a erupção de enclaves “centrais”, distintamente apartados da miséria e do sofrimento humanos que os rodeiam. À semelhança de uma exposição fotográfica múltipla, o sistema mundial moderno está cada vez mais mesclado, marcado por uma profusão de formas e traços, muitas vezes de difícil distinção, que variam conforme o contexto e o olhar.

⁴ Note-se, de passagem, que esta tensão entre a “investigação” e a “acção” não é, de todo, exclusiva da antropologia, estando presente em muitas outras disciplinas científicas. Para a sociologia v. Guerra (2000).

⁵ Mesmo no período áureo da influência soviética junto dos países periféricos, o peso das relações comerciais na economia destes países e na ajuda ao desenvolvimento a eles concedidos pela União Soviética e demais estados do bloco socialista foi sempre reduzido. Como mostra Mende (1974), nunca as trocas económicas entre estes países superaram a importância do comércio com o Ocidente nem o apoio financeiro da União Soviética e seus aliados da Europa oriental, se bem que concedido segundo condições bem diferentes, se aproximou das verbas disponibilizadas pelos países capitalistas.

⁶ O uso dado à expressão por Olivier de Sardan é passível de crítica. Conceito polissémico, o populismo caracteriza também projectos políticos e sociais muito diversos ocorridos em numerosos países da periferia do sistema mundial, nomeadamente na América Latina e em África. Procurando, em grau variável, o apoio popular, o populismo tanto pode caracterizar experiências de pendor conservador, com um amplo sector estatal ao serviço da burguesia industrial e com apoio do operariado, como foi o caso de Perón na Argentina e de Getúlio Vargas no Brasil, como experiências nacionalistas progressistas, tal como a de Moçambique sob a liderança de Samora Machel ou, mais remotamente, a Indonésia de Sukarno (v. Worsley 1964: 118-174). Portanto, cunhar esta nova fase de populismo pode contribuir para contaminar ainda mais o conceito, conduzindo até a equívocos. Sobretudo, quando em termos concretos se verifica, não obstante a retórica dominante (e demagógica) tentar credibilizar o contrário, um enorme afastamento entre as elites e suas políticas e as classes populares. Recentemente, Olivier de Sardan (2001: 200) esclareceu, sem que desfaça completamente as ambiguidades em torno do conceito, que não entende o populismo na sua dimensão de movimento popular nem na sua

configuração relacionada com um líder político carismático, antes a uma fascinação que muitos intelectuais nutrem pelo “povo”, mesmo que apenas simbolicamente.

⁷ Há, porém, exceções. No caso de Moçambique, podemos eleger como exemplos relevantes a Mozal, unidade industrial de produção de alumínio, e a exploração do gás natural na província de Inhambane (sul de Moçambique). Projectos gigantes, em ambos é manifesta a contradição entre o que tem sido defendido no discurso e nos textos e o que tem sido executado no terreno. De facto, ora por razões ambientais, de disponibilidade de energia e de força de trabalho a baixo custo como acontece com o alumínio, ora de extracção de recursos energéticos, os países centrais, muitas vezes em parceria com África do Sul, potência semiperiférica (mas central na região austral), e o capital globalizado, apoiados pelas instituições internacionais, não se inibem, guiados pela expectativa de obtenção de mais-valias colossais, de fazer precisamente o inverso do que defendem e propõem ao governo moçambicano. Do ponto de vista económico, estes mega-projectos contribuem para a hiper-especialização parcelar da economia moçambicana – a Mozal assegura 1/3 das exportações do país –, com impacto reduzido na criação de emprego e escassa arrecadação de impostos devido ao regime muito favorável a que estão sujeitos (v. *Mediafax*, n.º 2830 de 30/07/2003).

⁸ Dixon (1999) mostra-nos que esta resulta dum aturado trabalho, cujas origens remontam aos finais dos anos 30 quando se reuniu em Paris um grupo de jornalistas e académicos – as figuras de proa eram Friedrich von Hayek e Ludwig von Mises – de onde saiu a proposta para uma acção concertada em defesa do liberalismo. Todos eles eram animados pelo ódio declarado ao colectivismo e ao keynesianismo. Paralisado pela II Guerra Mundial, o projecto foi reactivado com o estabelecimento da Sociedade do Mont-Pèlerin, onde marcam já presença instituições e personalidades que se destacariam como promotores do neoliberalismo, como as universidades de Chicago e de Viena, Karl Popper e Milton Friedman. O trabalho de transformação do liberalismo, velha teoria desacreditada, em paradigma hegemónico passou muito por uma retórica na qual os adversários eram classificados como arcaicos, irrealistas e utópicos. Por fim, a estagnação e as dificuldades da economia capitalista, ao longo dos anos 70, acabaram por proporcionar a oportunidade decisiva para a aplicação dos programas neoliberais pela mão dos governos conservadores.

⁹ O conceito de clientelismo, bem conhecido da antropologia e da sociologia rurais, articula-se com o seu contraponto, o do patrocínio, “mecanismo de vinculação e coerção psico-social e, por vezes, física, no qual se verifica a servilidade e a dependência do cliente face a uma outra pessoa social e/ou politicamente influente denominada patrono” (M. C. Silva 1988: 54). Esta relação é uma relação assimétrica, na qual o patrono concede favores e presta alguns serviços em troca do apoio do cliente. Em termos históricos, o fenómeno clientelar estava presente na colonização romana, através da romanização dos chefes gentílicos para a sua participação no trabalho de controlo da população. Em termos político-administrativo, o patrocínio assume a forma de caciquismo, sendo o cacique um intermediário entre os segmentos sociais locais e o estado que os engloba, dela retirando benefícios pessoais. Em troca dos votos, indispensáveis à reprodução e legitimação das instituições políticas, presta um conjunto de serviços – os “favores” – à população (Sobral e Almeida 1982). Para uma análise crítica do patrocínio v. também Littlewood (1980).

¹⁰ Colocada nestes termos, esta conceptualização está muito longe do *cultural broker*, proposto por Willigen (1986: 127ss) que nos apresenta uma figura social engajada na mediação entre as estruturas políticas dominantes e os dominados, cujo objectivo seria o reequilíbrio das relações entre eles.

¹¹ Werbner (1999: 62) descreve uma situação semelhante no Zimbábue com a elite político-burocrática local, sistematicamente embrenhada em lutas internas pelo controlo dos recursos financeiros e outros em que o estado

está envolvido. Em Moçambique, nas rendas incluem-se também os proventos relacionados com a apropriação directa de recursos financeiros do estado (ou por ele controlados), cujos exemplos mais recentes são o Banco Comercial de Moçambique e o Banco Austral. Num processo de que se conhece apenas fragmentos, tudo aponta para a apropriação por parte de membros da elite política e económica de elevados montantes financeiros que conduziram estas instituições financeiras à ruína. A reestruturação custou cerca de 4% do PIB, de acordo com estimativas do governo moçambicano [v. *Poverty reduction strategy: steps to follow* (2001)].